



**2º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE 2022**  
**DIREITO - PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL**

Você está recebendo as **PROVAS OBJETIVA E SUBJETIVA**, compostas por **vinte** questões objetivas e **uma** questão dissertativa.

1. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A duração da prova é de **TRÊS HORAS**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas.
3. Cada questão contém os itens de “a” até “e” para resposta e o candidato deverá marcar o que entender tratar-se da resposta correta. Há apenas uma resposta correta para cada questão objetiva.
4. O candidato só poderá sair das dependências do local de aplicação das provas após decorrido **1 (uma) hora do seu início**.
5. Use caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, borracha ou de canetas em desconformidade com as especificações acima.
6. Não será permitida consulta a qualquer material, bem como o uso de celulares e outros aparelhos eletrônicos, os quais serão acondicionados nos sacos plásticos fornecidos pelos fiscais de mesa, lacrados e colocados em local apropriado.
7. A constatação de consulta ou uso de qualquer equipamento eletrônico durante a aplicação da prova implicará a anulação das provas do candidato e sua eliminação do certame.
8. O gabarito oficial preliminar será divulgado pelo site da PR/DF (<https://www.mpf.mp.br/df/estagie-conosco/processo-seletivo-atual>) na data provável de 04/10/2022, após as 18h00.
9. O prazo para interposição de recurso é de 02 (dois) dias úteis, após a respectiva divulgação de gabarito e dos resultados no sítio da PR/DF na internet ([www.prdf.mpf.gov.br](http://www.prdf.mpf.gov.br)), devendo ser enviado por mensagem eletrônica ao endereço de e-mail [prdf-estagio@mpf.mp.br](mailto:prdf-estagio@mpf.mp.br), até as 18h00 do segundo dia útil após a respectiva divulgação de gabarito.

Brasília, 03 de outubro de 2022.

**1. Controle de Constitucionalidade. Considerando a Constituição Federal de 1988 e o controle de constitucionalidade instituído no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa incorreta:**

- a) A ação direta de inconstitucionalidade deve ser encaminhada pelo Procurador-Geral da República para ser julgada perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) A ação indireta de inconstitucionalidade por omissão possui por parâmetro as normas constitucionais que careçam de medidas de efetivação.
- c) O objeto da ação declaratória de constitucionalidade é mais limitado do que o objeto da ação direta de inconstitucionalidade, visto que na ADIN o objeto é abrangente da lei ou ato normativo federal ou estadual, enquanto que na ADC o objeto se limita à lei ou ato normativo federal.
- d) Qualquer juiz ou tribunal pode exercer, em face do caso concreto, o controle de constitucionalidade, podendo declarar incidentalmente a inconstitucionalidade de ato ou lei estadual quando confrontado com a Constituição Federal, não sendo possível o controle pela via incidental de ato ou lei federal.
- e) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

**2. Em observância à organização do Poder Legislativo, assinale a alternativa correta:**

- a) As Comissões Parlamentares de Inquérito são Comissões temporárias que instauram um procedimento de feição política, de cunho meramente investigatório, só podendo ser criadas a requerimento de 2/3 dos membros de cada Casa Legislativa.

b) Como órgão do Poder Legislativo da União, compete ao Congresso Nacional, dispor sobre todas as matérias de competência legislativa da União, não dependendo de sanção do Presidente da República.

c) Cumpre ao Senado Federal autorizar, por 2/3 de seus membros, a instauração de processo, assim como processar e julgar, o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade (impeachment).

d) A imunidade material dos parlamentares consiste na inviolabilidade, civil e penal, dos deputados e senadores por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, assegurando a mais ampla liberdade de expressão no exercício das suas funções.

e) As Emendas Constitucionais estão submetidas a um rígido processo legislativo, sendo necessário, além de dois turnos de discussão e votação em cada casa do Congresso, é exigido um quórum de quatro quintos para a sua aprovação.

**3. Sobre as atribuições do Procurador-Geral da República, assinale a alternativa incorreta:**

a) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

b) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo o Procurador-Geral da República que o preside.

c) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de

obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

d) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

e) O Procurador-Geral da República pode propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade, devendo ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade, não havendo essa exigência para os demais processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

**4. Ministério Público. Considerando o previsto na Constituição Federal acerca do Ministério Público, é possível afirmar que, exceto:**

a) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

b) Configura-se como função institucional do Ministério Público promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constitucional.

c) Os membros do Ministério Público são impedidos de exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, sendo vedado, inclusive, uma de magistério.

d) O Conselho Nacional do Ministério Público tem a função de realizar o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

e) O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, previsto a Constituição, consiste em um órgão especial do Ministério Público, que não se confunde com o Ministério Público

da União, nem com o Ministério Público dos Estados.

**5. Em observância ao rol de direitos e garantias estabelecidos no art. 5º da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:**

a) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, ainda que em caso de flagrante delito, independente de determinação judicial.

c) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mediante autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

d) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, nos dois casos, o trânsito em julgado.

e) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

**6. Assinale a alternativa correta:**

a) Quando a participação societária do Estado é de 100% nas empresas públicas, sua natureza será de pessoa jurídica de direito público.

b) As agências reguladoras na experiência brasileira podem ter funções de fiscalização de serviços públicos, fomento e fiscalização de determinadas atividades privadas ou mesmo regulamentação e controle de atividades econômicas.

- c) Os ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário são imprescritíveis.
- d) Somente o Poder Judiciário pode exercer o controle de legalidade ou examinar legalidade de atos administrativos.
- e) A investidura em cargo em comissão depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

#### **7. Assinale a alternativa correta:**

- a) Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que esteja cumprindo sua função social.
- b) Após a lei das privatizações, os bens imóveis da União podem ser livremente alienados.
- c) Autorização de uso é o ato administrativo unilateral, discricionário e precaríssimo através do qual transfere-se o uso do bem público para particulares por um período de curtíssima duração, sempre mediante autorização de lei específica.
- d) O ato administrativo discricionário é insindicação pelo Poder Judiciário.
- e) A ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público somente poderá ser ajuizada por cidadão brasileiro.

#### **8. Assinale a alternativa correta:**

- a) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, estando subordinado administrativamente ao Ministério da Justiça.
- b) O membro do Ministério Público tem garantida a vitaliciedade desde a posse, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- c) O Ministério Público exercerá o controle externo da atividade policial.
- d) Foi revogada a possibilidade de suspensão de direitos políticos em razão de ação de improbidade administrativa.
- e) O Ministério Público somente tem legitimidade para a propositura de ação de improbidade administrativa

mediante representação do ente público lesado ou reprovação de contas do administrador público.

#### **9. Assinale a alternativa correta:**

- a) Haverá simulação nos negócios jurídicos quando os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.
- b) É nulo o negócio jurídico por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- c) Comete ato ilícito quem violar direito e causar dano a outrem, ressalvados os casos de exercício de direito, ainda que fora dos limites impostos pelo seu fim econômico ou social.
- d) A pretensão nasce com o direito da parte.
- e) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

#### **10. Assinale a alternativa correta:**

- a) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos mediante a estipulação de direitos e obrigações recíprocos.
- b) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando quaisquer fins a serem buscados pela entidade.
- c) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- d) O uso comum dos bens públicos será necessariamente gratuito.
- e) São particulares os bens pertencentes às pessoas naturais; todos os demais são públicos.

#### **11. Assinale a alternativa correta:**

- a) Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da função social do contrato e a ampla revisão contratual.
- b) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou

contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.

c) Nos contratos de adesão, são válidas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

d) A oferta ao público equivale a proposta quando feita de boa-fé.

e) Reputar-se-á celebrado o contrato no domicílio do aceitante.

#### **12. Assinale a alternativa correta:**

a) O juiz pode arbitrar calendário para a prática dos atos processuais.

b) A desistência da ação produz efeitos após seu protocolo.

c) Mesmo os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, dependem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo juiz.

d) Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.

e) A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 20 (vinte) horas do último dia do prazo.

#### **13. Assinale a alternativa correta:**

a) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir do despacho do juiz o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.

b) As cartas não podem ser encaminhadas a juízo diverso do que dela consta, a fim de se praticar o ato.

c) A nulidade dos atos pode ser alegada até a sentença, sob pena de preclusão.

d) A toda causa será atribuído valor certo, salvo aquelas que não tenham conteúdo econômico imediatamente aferível.

e) Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos e ordenará as providências necessárias

a fim de que sejam repetidos ou retificados. Contudo, o ato não será repetido nem sua falta será suprida quando não prejudicar a parte.

#### **14. Assinale a alternativa correta:**

a) Nas ações populares, a prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com o comprovante de votação nas últimas eleições, ou com certidão que a ele corresponda.

b) A ação popular será proposta contra as pessoas públicas ou privadas envolvidas com o ato impugnado, mas também contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo.

c) As ações civis públicas serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa, mas sua propositura não prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

d) A defensoria pública não tem legitimidade para a propositura de ação civil pública.

e) A sentença da ação civil pública fará coisa julgada erga omnes também nos casos em que o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que nenhum legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento.

#### **15. Analise as proposições e assinale a alternativa correta:**

I. O erro de proibição consiste na ignorância da lei, que exclui o dolo e, consequentemente, a tipicidade.

II. Em qualquer das causas de justificação, quando o agente, dolosa ou culposamente, se excede nos limites da norma permissiva, responderá pelo excesso.

III. O crime próprio ou especial é aquele que exige determinada

qualidade ou condição pessoal do agente, não podendo utilizar-se de interposta pessoa.

- a) Somente a alternativa I está correta.
- b) Somente a alternativa II está correta.
- c) Somente a alternativa III está correta.
- d) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

**16. Extinção de punibilidade. Após a prática do fato delituoso, pode haver a ocorrência de causas que impeçam a aplicação ou execução da respectiva sanção. Sobre as causas de extinção da punibilidade, é correto afirmar que:**

- a) Somente nos casos de calúnia e difamação, a retratação eximirá o réu da pena.
- b) A lei nova que descriminalizar o fato praticado pelo agente extingue o próprio crime, resultando no não prosseguimento do processo; se o réu já for condenado, a sentença será rescindida, não substituindo nenhum efeito penal, nem mesmo reincidência.
- c) A renúncia é considerada a causa de exclusão de punibilidade, e na manifestação de desinteresse de exercer o direito de ação, que pode ocorrer em ação de iniciativa privada ou pública, podendo ser manifestada durante o curso do processo.
- d) A morte do agente cessa toda atividade destinada à punição do crime, em observância ao princípio da personalidade da pena, inclusive em relação às consequências civis do mesmo.
- e) A concessão de anistia é de competência exclusiva do Congresso Nacional, mediante aceitação dos anistiados, e, uma vez concedida, não pode ser revogada.

**17. Dos crimes contra a administração Pública. Sobre os crimes contra a administração**

**pública, marque a alternativa incorreta:**

- a) Configura-se como crime de peculato apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- b) A conduta delituosa de exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida é denominada de concussão.
- c) Considera-se crime abandonar cargo público, salvo os casos permitidos em lei.
- d) Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente é considerado crime de prevaricação.
- e) É considerado crime de corrupção passiva solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

**18. Josué apresentou certificado de conclusão de curso de piloto comercial falso perante a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), objetivando a expedição de licença de piloto comercial. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.**

- a) É de competência estadual o processo e julgamento do referido crime, pois o interesse federal na situação posta é apenas reflexo em razão da falsificação ter ocorrido em documento de natureza particular.
- b) Caso o Ministério Público apresente denúncia em razão da prática do crime em questão e o Juízo competente vier a rejeitá-la, o recurso cabível a ser interposto é o de apelação.

c) Caso o crime comine pena mínima em abstrato inferior a 4 (quatro) anos e não seja o investigado reincidente, poderá o Ministério Público oferecer acordo de não persecução penal, ainda que Josué não confesse a prática do ilícito penal.

d) Se Josué apresentou o certificado de conclusão por meio da internet, sem comparecimento à sede da ANAC, a competência territorial para processo e julgamento do referido crime é do Juízo do domicílio do investigado.

e) Não pode o Ministério Público propor acordo de não persecução penal a Josué se for cabível a suspensão condicional do processo, uma vez que este último instituto sempre será mais benéfico ao investigado.

**19. Acerca do tema prisões e liberdade provisória, julgue os itens a seguir:**

I. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada. A inobservância da reavaliação no prazo fixado implica em automática revogação da custódia cautelar por tornar a prisão ilegal.

II. Caberá prisão temporária, pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade, quando imprescindível para as investigações do inquérito policial que apura a prática do crime de tráfico internacional de armas de fogo.

III. Caberá recurso em sentido estrito da decisão que deferir requerimento de prisão preventiva.

**Assinale a alternativa que apresenta os itens verdadeiros:**

a) II e III.

b) apenas II.

c) I e III.

d) I e II.

e) apenas I.

**20. Assinale a alternativa incorreta:**

a) Juiz Federal que praticar crime comum não relacionado ao exercício do cargo será julgado pelo respectivo tribunal a que vinculado.

b) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

c) Embora o princípio do duplo grau de jurisdição tenha previsão expressa na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), promulgado pelo Decreto nº 678/1992, não há previsão expressa na Constituição da República de 1988.

d) No âmbito do inquérito policial, é facultado ao investigado fazer-se acompanhar de advogado, não implicando em violação aos princípios do contraditório e ampla defesa a ausência de defesa técnica na referida fase.

e) Para não prejudicar a persecução criminal, o preso não terá acesso à identificação dos responsáveis por sua prisão.

## PROVA SUBJETIVA

João, servidor público do órgão federal X, frustrou o caráter competitivo de um processo licitatório com o intuito de direcionar o objeto licitado à sociedade unipessoal limitada de seu irmão, José, que não tem vínculo com a administração pública.

Imagine, ainda, que o propósito foi alcançado e que a conduta praticada por João configure o crime do art. 337-F do Código Penal<sup>1</sup> e o ato de improbidade administrativa previsto no art. 11, V da Lei nº 8.429/92<sup>2</sup>.

Considere que, após investigação, no entender do membro do Ministério Público, todos os fatos foram provados.

Diante disso, à luz da legislação e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, responda justificadamente:

1. Se o membro do MP adotasse providências judiciais tanto no âmbito criminal quanto da improbidade administrativa, haveria bis in idem? Em caso negativo, o juízo de absolvição criminal vincularia o juízo cível?
2. Essas medidas judiciais poderiam ser adotadas pelo membro do MP que participou da fase investigatória ou ele estaria impedido?
3. Quem é/são legitimado(s) ao ajuizamento de ação de improbidade administrativa?
4. É possível que a ação de improbidade administrativa seja ajuizada unicamente contra José?
5. Qual o prazo prescricional da pretensão de ressarcimento dos danos causados ao erário?

### PROVA SUBJETIVA - RASCUNHO

|    |  |
|----|--|
| 1  |  |
|    |  |
|    |  |
|    |  |
| 5  |  |
|    |  |
|    |  |
|    |  |
|    |  |
| 10 |  |
|    |  |
|    |  |

#### 1 Frustração do caráter competitivo de licitação [\(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

Art. 337-F. Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório: [\(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

2 Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: [\(Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021\)](#)

V - frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros; [\(Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021\)](#)

15

20